



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Adm.: 2021-2024**

**DECRETO Nº 2543, DE 11 DE AGOSTO DE 2022.**

*“Regulamenta a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF), dá outras providências e revoga o Decreto nº 2.055, de 15 de fevereiro de 2018.”*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição legal que lhe é conferida pela alínea “a” do inciso I do art. 86 da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** que o art. 107 do Código Tributário Municipal estabelece que “os contribuintes do Imposto sobre Serviços sujeitos ao regime de lançamento por homologação, são obrigados, além de outras exigências estabelecidas na Lei, à emissão e à escrituração das notas e livros fiscais”;

**CONSIDERANDO** que o art. 108 do referido Código dispõe que “os modelos, a impressão e a utilização dos documentos fiscais serão definidos em Decreto do Poder Executivo”;

**DECRETA:**

**Art. 1º** As instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional a que se refere a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e aquelas a elas equiparadas na forma do parágrafo único do art. 17 da referida lei, ficam obrigadas a apresentar a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) conforme previsto no art. 176 da Lei nº 82, de 30 de dezembro de 1997, observando o disposto neste Decreto.

**Parágrafo único.** A obrigação acessória estabelecida no *caput* atinge também as pessoas jurídicas estabelecidas no município através de agência, posto de atendimento, unidade econômica ou profissional, ainda que a escrituração ou contabilização das receitas provenientes das rendas dos serviços geradas em Monte Carmelo sejam promovidas em outros municípios.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO GABINETE DO PREFEITO

Adm.: 2021-2024

**Art. 2º** A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) é um documento fiscal digital destinado a registrar as operações e a apuração do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) das instituições financeiras indicadas no art. 1º.

§ 1º Deverá ser entregue uma declaração para cada estabelecimento prestador.

§ 2º As informações dos serviços prestados por postos de atendimento bancário deverão ser apresentadas pela agência bancária a que ele pertença ou esteja vinculado, segundo as regras constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

§ 3º As informações apresentadas por meio da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) têm caráter declaratório, constituindo confissão de dívida o imposto com base nela apurado, o que a torna instrumento hábil e suficiente para inscrição do valor devido, que não tenha sido recolhido, em dívida ativa e para exigência administrativa ou judicial.

§ 4º A obrigação de entrega da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) somente cessa com o encerramento das atividades no município, devendo ser comunicada essa alteração mediante a formalização do pedido de baixa da inscrição municipal conforme determinam os arts. 167 a 169 da Lei nº 82, de 30 de dezembro de 1997.

**Art. 3º** A geração e entrega da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) será *on-line*, por meio da *Internet*.

**Parágrafo único.** O sistema para geração e entrega da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF), juntamente com suas funcionalidades, forma de acesso e orientações, estará disponível no sítio eletrônico: <https://montecarmelomg.ereceita.net.br>.

**Art. 4º** O cumprimento da obrigação acessória a que se refere este Decreto importa na geração e entrega ao fisco das informações e documentos integrantes da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) na forma, prazo e periodicidade ora estabelecidos, bem como no dever de zelar por seu armazenamento e dos respectivos recibos de entrega até que tenha transcorrido o prazo decadencial ou prescricional.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO GABINETE DO PREFEITO

Adm.: 2021-2024

**Parágrafo único.** A obrigação acessória será considerada cumprida após o encerramento de cada competência nas funcionalidades específicas do sistema, mediante a respectiva geração dos recibos de entrega.

**Art. 5º** O sistema para geração e entrega da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) observará o Modelo Conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), conforme versão indicada no sistema disponibilizado pelo município.

**Parágrafo único.** Para fins do disposto no *caput*, servirá o Modelo Conceitual da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF), constante do *site* da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), de fonte de consulta e esclarecimento quanto a conceitos e correto preenchimento da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF), naquilo que não conflitar com a legislação municipal, resguardada ao município a prerrogativa de promover atualizações de versões e de implementar as adequações que entender necessárias para atendimento das normas e preceitos legais.

**Art. 6º** Os registros que compõem a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) serão apresentados, necessariamente, observando o respectivo detalhamento correspondente conforme indicado nos incisos I a IX deste artigo:

**I** - identificação da declaração: informações que identificam a instituição, competência da declaração e registros que a compõem;

**II** - plano geral de contas comentado (PGCC): plano de contas analítico com as contas adotadas pela instituição dos grupos contábeis 7.0.0.00.00-9 e 8.0.0.00.00-6 do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), independentemente da incidência do imposto, contendo:

- a)** a vinculação de cada conta interna à codificação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF);
- b)** o enquadramento de cada conta contábil interna adotada pela instituição na Lista de Serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116/2003 e Lei Complementar Municipal nº





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

### **GABINETE DO PREFEITO**

**Adm.: 2021-2024**

01/2003 quando destinadas ao lançamento de receitas de serviços tributáveis pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

c) a descrição detalhada da natureza das operações registradas nos subtítulos de nível mais analítico de todas as contas adotadas pela instituição, de forma clara e suficiente para identificar todos os tipos de operações nelas contabilizadas, sendo obrigatório o detalhamento dos respectivos subgrupos, desdobramento do subgrupo, título e subtítulo.

**III** - tabela de tarifas: tabela de tarifas de produtos e serviços da instituição com as vinculações à conta contábil interna adotada pela instituição e seus subtítulos de nível mais analítico, destinados aos lançamentos contábeis pertinentes, independente de que essas contas tenham lançamentos tributados pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), quando se tratar de instituição com o dever de possuir a tabela conforme regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN);

**IV** - identificação de outros produtos e serviços: identificação dos subtítulos onde são escrituradas as receitas dos serviços prestados potencial ou efetivamente, ainda que não no Município de Monte Carmelo, de forma a evidenciar, especialmente, produtos e serviços não integrantes da tabela de tarifas;

**V** - identificação da dependência: informações que identificam as dependências na estrutura da instituição, o detalhamento, os dados cadastrais, o tipo e, em casos de Postos de Atendimento com contabilidade centralizada em agência bancária, a agência unificadora;

**VI** - balancete analítico mensal: balancetes analíticos mensais constando todas as contas de resultado credoras por Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de cada dependência localizada no município, incluindo todas as contas com movimentação no período, devendo os balancetes de cada Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) unificador, se for o caso, integrar os registros das operações das unidades a eles vinculadas;

**VII** - demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por subtítulo: informações que demonstram a apuração, por subtítulo contábil, da receita mensal tributável, por alíquota, e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) devido, observando que:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**Adm.: 2021-2024**

- a) todas as subcontas referentes a receitas de serviços tributáveis devem ser informadas, independentemente de terem sido movimentadas ou não no período declarado;
- b) em sendo o caso, deve ser informada a ausência de movimento por dependência ou instituição.

**VIII** - demonstrativo da apuração mensal do ISSQN a recolher: é o resultado da consolidação dos registros do demonstrativo da apuração da receita tributável e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) mensal devido por subtítulo, que demonstra a apuração do imposto a recolher com as devidas deduções e ajustes na receita declarada, incentivos que venham a ser autorizados em lei e depósitos judiciais, ficando compensações limitadas ao valor do imposto recolhido a maior em competências anteriores ao aproveitamento do crédito, na forma da legislação municipal vigente;

**IX** - demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis: informações do razão analítico ou ficha de lançamentos na sua forma mais primitiva, ou seja, individual por operação/evento, com as informações das partidas dos lançamentos contábeis, devendo, para um mesmo lançamento, a soma das partidas a débito ser igual à soma das partidas a crédito.

§ 1º As instituições cujas atividades estiveram paralisadas, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) estão dispensadas do envio do balancete analítico mensal correspondente ao período.

§ 2º O leiaute e orientações para importação de dados, geração e entrega dos registros da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) estarão disponíveis no sistema por meio de acesso ao link: <https://montecarmelomg.ereceita.net.br>.

**Art. 7º** Os prazos e periodicidade para envio dos registros que compõem a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) são estabelecidos por módulos, conforme disposto nos incisos I a IV:

**I** - Módulo de Apuração Mensal do ISSQN: de periodicidade mensal, deve ser entregue até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**Adm.: 2021-2024**

**II** - Módulo Demonstrativo Contábil: de periodicidade semestral, deve ser entregue até o dia 31 (trinta e um) do mês de julho, referente ao primeiro semestre, e até o dia 31 (trinta e um) do mês de janeiro do exercício posterior, referente ao segundo semestre do exercício anterior;

**III** - Módulo de Informações Comuns aos Municípios: de periodicidade anual, deve ser entregue até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano de referência, junto com a primeira entrega do Módulo de Apuração Mensal do ISSQN e sempre que houver modificação ou atualização dos dados;

**IV** - Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos: por demanda, mediante intimação escrita ou notificação, respeitando o prazo, periodicidade e abrangência de dados indicados.

**Parágrafo único.** A obrigatoriedade de envio da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF), nos termos deste Decreto, abrange os fatos geradores a partir de agosto de 2022.

**Art. 8º** A não entrega da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) ou sua entrega com qualquer incorreção ou omissão, ou fora dos prazos, forma ou periodicidade estabelecidos, sujeita o contribuinte (instituições financeiras e equiparadas indicadas no art. 1º) às infrações previstas na legislação municipal.

**§ 1º** Deverá ser encaminhada declaração retificadora sempre que verificado qualquer erro ou omissão, ou no caso de alteração ou substituição de quaisquer documentos pertinentes.

**§ 2º** A entrega da declaração retificadora após iniciado qualquer procedimento fiscal não exime o sujeito passivo das penalidades cabíveis.

**Art. 9º** O cumprimento das obrigações constantes neste Decreto não desobriga o contribuinte de apresentar documentos ou prestar quaisquer outras informações relativas a fatos geradores do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e não alcançados pela decadência ou prescrição do crédito tributário.

**Parágrafo único.** A autoridade competente poderá dar ciência de intimações, notificações e autos de infração ao contribuinte através do sistema da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Adm.: 2021-2024**

**Art. 10** A Secretaria Municipal de Fazenda poderá expedir outras instruções complementares e normativas, necessárias à implementação deste regulamento.

**Art. 11** Revoga-se o Decreto nº 2.055, de 15 de fevereiro de 2018.

**Art. 12** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 11 de agosto de 2022.

  
**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
*Prefeito Municipal*

  
**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*